

# Guerra e tradição: os argumentos conservadores em defesa das instituições armadas do Estado brasileiro no período 1964-1988

Pedro Benetti

Coordenador de busca e identificação de desaparecidos políticos do Ministério de Direitos Humanos, Brasil  
pedrorolobenetti@gmail.com





## Resumen

A lo largo del 2014, una serie de publicaciones, dentro de las cuales se cuenta un informe de la Comisión Nacional de la Verdad (CNV), conmemoró los cincuenta años del golpe de 1964. La mayoría de estas iniciativas trataron de comprender las características del régimen autoritario que aún persisten en el orden democrático que se forjó a partir de la década de 1980. En ese contexto, se habla de permanencias, restos o continuidades en diversos aspectos de la vida política, social y cultural del país. El objetivo de este trabajo es comprender las líneas de continuidad y los elementos de ruptura entre los discursos de legitimación del uso de la violencia por parte del Estado en el período autoritario (1964-1985). Este afán no se relaciona de forma directa con la permanencia de determinadas estructuras institucionales, sino con las narrativas construidas en vistas de justificar cierta concepción del Estado –y, por qué no, de democracia–, que tienen a la violencia como uno de sus elementos centrales. Para alcanzar este objetivo, el presente trabajo analizará el discurso de los militares envueltos en la represión política durante el período autoritario, tomando como fuente los testimonios brindados a la CNV. Esta labor permitirá comprender cuáles son las estrategias discursivas empleadas hasta el día de hoy para legitimar el uso de la violencia por parte del Estado. Con esto, se pretende identificar cuáles son los elementos fundamentales de la construcción de una “ideología de la violencia”, pensando también en la formación de una cultura política que la sustenta y difunde.

**Palabras claves:** Brasil - Comisión Nacional de la Verdad- golpe de 1964 – violencia – cultura política – democracia

## Abstract

During 2014, a series of releases, among which there was a report of the Comissão Nacional da Verdade (CNV), marked the 50th anniversary of the 1964 coup d'état. Most of these writings shown an interest in understanding the features of the authoritarian regime that still linger in the democratic order, starting in the 1980s. In this context, we talk about some lingering aspects, remains or continuums, in the country's political, social and cultural scenes. The aim of this work is to show both the lines of the continuum and the elements that mark a split among the statements that validate the use of violence on behalf of the State during authoritarian times (1964-1985). This work is not directly related with the prevalence of certain institutional structures; instead, it is related with the narratives developed in order to justify a conception of the State –and also, perhaps, of democracy itself–, which put violence at the centre of the agenda. In order to achieve this goal, this work will analyze statements from military personnel involved in political repression throughout the authoritarian era, using as a source the testimonies provided to the CNV. This will help us understand which are the discursive strategies deployed to this day in order to validate the use of violence on behalf of the State. We want to identify the key elements in the development of an 'ideology of violence', all while thinking in the formation of a parallel political culture that both sustains and spreads that ideology.

**Keywords:** Brazil – CNV- 1964 coup d'état- violence - political culture - democracy

Pedro Benetti, “Guerra e tradição: os argumentos conservadores em defesa das instituições armadas do Estado brasileiro no período 1964-1988”. Cuadernos del Ciesal. Año 14, número 16, enero-diciembre 2017, pp. 25-48.

## Introdução

O longo processo de transição política que marcou o Brasil entre as décadas de 1970 e 1990 ensejou um conjunto de pesquisas e análises que buscavam compreender quais eram os condicionantes da abertura e, principalmente, que tipo de regime nasceria do desenrolar das opções que ali foram feitas. A partir da promulgação da Carta de 1988, muitos analistas passaram a se concentrar na identificação dos elementos de continuidade em relação ao período autoritário. Nesse esforço, muitas pesquisas dedicaram sua atenção às estruturas institucionais criadas durante os anos de autoritarismo que permaneceram vigentes na nova democracia. Esse tema se atualiza a cada data comemorativa relacionada à ditadura brasileira – sejam os aniversários do golpe militar, do Ato Institucional nº5 ou dos marcos da abertura, como a anistia, a nova constituição ou as eleições livres.

Segundo Fico (2004) a primeira geração de estudos sobre a ditadura militar ficou marcada por trabalhos de dois tipos, os que se baseavam em memórias e relatos e os que construíram modelos de explicação baseados nos aportes da ciência política estadunidense – um campo que passou a ser conhecido como transitologia, no decorrer do processo de abertura política. Posteriormente ganham destaque, especialmente no campo acadêmico da História, uma série de estudos que se apoia na chamada História Nova. Recentemente, um conjunto de estudos tem se dedicado a investigar não apenas as estruturas, eventos e desenvolvimentos do regime autoritário em seu próprio tempo histórico, mas também compreender em que medida muitas das estruturas, eventos e desenvolvimentos do período democrático se relacionam com o passado imediato. É o caso de coletâneas como “O que resta da ditadura” (Safatle & Teles, 2010) e “Ecos do golpe” (Iasi & Coutinho, 2014) e da pesquisa “Continuidade autoritária e construção da democracia” (Núcleo de Estudos da Violência da USP, 1999 e reedição em 2002). Tais publicações enfatizam, sobretudo, aspectos institucionais de continuidade entre o regime autoritário e a democracia que o sucedeu a partir da década de 1980.

“O que propomos neste livro e, pois, falar do passado recente e da sua incrível capacidade de não passar. Mas, para tanto, faz-se necessário mostrar, aqueles que preferem não ver, a maneira insidiosa que a ditadura militar brasileira encontrou de não passar, de permanecer em nossa estrutura jurídica, em nossas práticas políticas, em nossa violência cotidiana, em nossos traumas sociais que se fazem sentir mesmo depois de reconciliações extorquidas. (Safatle & Teles, 2010, p. 9)

O segundo traço a reter é de que até mesmo a continuidade deve ser... produzida. Ela não é resto, resquício, como lembra Mauro Iasi, mas resulta da ação constante e contínua de refazer-se sob novas condições. Por isso, se tratam de “ecos” dessa ditadura. [...] A continuidade é recriação – e não apenas repetição mecânica ou atávica – de antigas formas de dominação e de opressões no mesmo processo em que se impõem as novas dominações. (Fontes, 2014, p. 12)

Ainda assim, pouca atenção é dedicada à maneira como determinados atores políticos moldaram sua forma de intervir no debate público a partir da preservação de aspectos bastante característicos



do discurso dos militares à época da ditadura. Embora se reflita sobre a persistência da violência, sob diversas formas, na sociedade brasileira, pouco se pensou, até o momento, na maneira como foram construídas e atualizadas narrativas que operam representações políticas a partir de uma lógica de legitimação da violência. Em outras palavras, falta investigar a maneira pela qual alguns atores organizaram culturas políticas que se apoiam na ideia de uma guerra permanente, própria à Doutrina de Segurança Nacional, amplamente difundida nos círculos militares americanos ao longo da segunda metade do século XX.

O objetivo deste artigo, portanto, é expor a afinidade existente entre certos registros dos discursos militares sobre o período autoritário e as argumentações desenvolvidas no âmbito do processo constituinte para sustentar a passagem das estruturas responsáveis pelo emprego da violência por parte do Estado na mesma configuração que assumiram ao longo da última ditadura militar. Em outras palavras, o que se pretende demonstrar é que os argumentos empregados pelos parlamentares constituintes para defender que a nova organização das instituições armadas do Estado fosse similar à anterior, construída nos anos de autoritarismo, se aproximam das narrativas elaboradas pelos próprios militares para compreender sua atuação nos esforços de repressão dos dissidentes políticos.

Para cumprir este objetivo, o artigo se dividirá em três partes, sendo uma primeira sobre o processo de transição no Brasil, dentro do qual se situa o momento de realização da Assembleia Nacional Constituinte (ANC), a segunda analisando os discursos emitidos pelos militares envolvidos na repressão e a terceira se debruçando sobre os anais da ANC, mais especificamente sobre as discussões da subcomissão IV-B, que tratou dos temas de segurança.

## 1. A transição para a democracia no Brasil

Em 1974, quando Ernesto Geisel assume a presidência da república para o quarto mandato de um general ditador, as organizações armadas de enfrentamento ao regime militar já haviam sido derrotadas. Nesse momento, diversos atores sociais começavam a se reunir em torno da necessidade de redemocratizar o país. Jornais da imprensa alternativa como O Pasquim, Opinião e Movimento buscavam furar o bloqueio da censura para fazer circular um conjunto de críticas ao regime (KUCINSKI, 1991). Na academia formavam-se centros de estudos e publicações periódicas que também colocavam como tema central o retorno à democracia, como evidenciam os exemplos do Cebrap e, mais adiante, do Cedec (PERRUSO, 2009; PECAUT, 1990). Por outro lado, começava a surgir a hipótese de que muitos dos militares se preocupavam com o fortalecimento da comunidade de informações, que constituiria um poder paralelo dentro das forças armadas, subvertendo o princípio da hierarquia, estruturante de sua organização burocrática.

A preocupação com os efeitos que a repressão produziria para dentro das instituições militares pode ser um elemento que se soma aos demais citados na explicação do porquê a segunda metade dos anos 1970 assiste ao desenrolar de um processo de transição. O anúncio de uma transição lenta, gradual e segura para a democracia, por parte de Geisel, revelava a pretensão de um processo controlado de reorganização institucional, que levaria os militares de volta aos quartéis e garantiria um modelo

político suficientemente preparado para conter o que eles consideravam radicalismos de esquerda. Ao mesmo tempo, o ano de 1974 foi emblemático também para as oposições ao regime, na medida em que o avanço eleitoral do MDB abria o debate acerca das possibilidades de derrotar o autoritarismo por dentro do sistema institucional por ele mesmo constituído. A partir de então, a dinâmica dos debates entre as diversas esquerdas existentes no Brasil esteve absorvida pela questão do posicionamento a ser adotado frente à estratégia de distensão que vinha de dentro do sistema político. Se até então a luta se concentrava em grupos que estavam longe dos círculos do poder, agora a discussão passava pela aceitação ou não da política de abertura do governo e dos canais de representação da oposição (principalmente o MDB).

A ideia de que o país viveu um período de transição a partir de 1974 foi comum a atores sociais, políticos e analistas (LESSA, 1989; WERNECK, 1986; TEIXEIRA DA SILVA, 2000 e outros). Entretanto, os sentidos encontrados em meio ao emaranhado de eventos e mobilizações que ocorreram no período podem variar de acordo com as diversas perspectivas de análise. Embora a maior parte das leituras concorde que o elemento mais característico de processos de transição como o brasileiro é a incerteza, esquemas explicativos como o de O'Donnell e Schmitter (1988) reservam espaço reduzido para o protagonismo de atores que não se engajassem diretamente na relação (mesmo que crítica) com os grupos que ocupavam o Estado. A transitologia, campo de estudos que derivou dos trabalhos fundadores de O'Donnell e Schmitter, tendeu a observar com maior cuidado as divergências existentes no interior dos blocos de poder – através de categorias como brandos e duros, opositores minimalistas e maximalistas – e os impulsos liberalizantes ou democratizantes que predominavam em cada processo – adaptando categorias formuladas por Robert Dahl (1971) em “Poliarquia”.

Esse modelo de explicação, quando aplicado ao Brasil, dedicou enorme atenção às tensões entre militares castelistas e linha-duras, às reformas que foram produzidas no interior do sistema político e ao avanço da organização das oposições que optaram pela via institucional. Menor ênfase recaiu sobre mobilizações que se dão na base da sociedade, como as greves do ABC paulista em 1978, os movimentos contra o aumento do custo de vida, também no fim dos anos 1970, e as caravanas pela anistia, que buscavam trazer para o centro do debate público o tema dos perseguidos políticos. Ao longo de todo o processo de transição, os esforços do governo (tanto Geisel quanto Figueiredo, posteriormente) se encaminharam no sentido de isolar estas mobilizações e escolher os interlocutores com os quais dialogariam. Paralelamente, tais governos seguiram utilizando os instrumentos construídos no auge do autoritarismo para tentar controlar o espaço político dentro do qual operariam. Bons exemplos destas práticas foram a edição do Pacote de Abril, em 1977, pelo ministro Armando Falcão – quando o Congresso foi fechado e aprovou-se um conjunto de restrições à atuação da oposição consentida – e continuidade de operações repressivas contra comunistas, como a Chacina da Lapa<sup>1</sup>, em 1976, ou a Operação Radar, desencadeada a partir de 1974 com o objetivo de executar e desaparecer com os corpos de integrantes do comitê central do Partido Comunista Brasileiro (PCB)<sup>2</sup>.

1. Na Chacina da Lapa foram assassinadas algumas das principais lideranças do PCdoB que sobreviveram à Guerrilha do Araguaia, como Ângelo Arroyo.

2. Para uma perspectiva da Operação Radar, que durante muito tempo foi desconhecida do público brasileiro, vale observar os perfis de desaparecidos presentes no volume III do relatório final da Comissão Nacional da Verdade (2014). A



A estratégia de transição que se desenha a partir de então – tanto por parte do governo autoritário quanto de setores da oposição – privilegia o Congresso como ambiente de tomada de decisões e articulação política entre governo e oposição. Ao contrário de países como Portugal, Grécia e Argentina, o Brasil não vivencia uma ruptura no momento de transição do regime autoritário para a democracia (LESSA, 1989). Aqui, a passagem se dá através das negociações estabelecidas entre os chamados incumbentes do regime e as oposições consentidas, cujos quadros representados no legislativo variavam de acordo com as novas regras impostas pelo regime. Em outras palavras, o Congresso foi escolhido pelo regime como seu interlocutor para a condução do processo de abertura, mas a própria composição deste Congresso variou na década de 1970 em função das medidas político-institucionais levadas adiante pelo governo. Os destinos do processo de transição estiveram em disputa no decorrer da década de 1980, o que era reconhecido pelos próprios analistas do período.

No caso brasileiro, quase todos os políticos encarregados da transição – mesmo os opositores – haviam construído seu patrimônio político no período do regime civil-militar de 1964, no âmbito das instituições representativas que mantiveram seu funcionamento. Segundo Lessa (1989), entre 1974 e 1982 houve predominância de elementos endógenos na transição brasileira, com pouco espaço para que as pressões que se articulavam na sociedade penetrassem o núcleo de poder. Nesse período, vários itens da agenda de mudança democrática foram avançados pelo governo, o que determinou uma feição conservadora a processos como a Lei de Anistia, o fim da censura e a devolução de algumas prerrogativas ao legislativo. Ao empreender reformas democratizantes, o governo autoritário se tornou co-patrocinador da ordem que emergiria em seu lugar, uma situação sem paralelo em outros processos de transição – mesmo os negociados, como o espanhol.

A partir de 1982, as oposições começam a assumir postos centrais na burocracia, ao sagrarem-se vencedoras das eleições diretas para os governos estaduais das regiões mais importantes política e economicamente do país. Daí em diante, o governo perdeu o controle absoluto sobre os rumos do processo de transição, obrigado a uma relação menos desigual com as forças opositoras. No entanto, o poder de veto sobre determinadas agendas democráticas manteve-se ao longo de todo o período.

“Parece razoável estabelecer que entre 1974 e 1982 houve na abertura brasileira o predomínio de fatores endógenos. Porém, das eleições de 1982 em diante, as elites autoritárias conservaram apenas seu poder de veto em relação às demandas mais ousadas e urgentes.” (LESSA, 1989, p. 91)

Apesar das pressões vindas de fora do sistema político constituído, através de intensas mobilizações populares – cuja expressão máxima foi o movimento das Diretas Já! -, o bloco no poder conseguiu

---

documentação presente no Arquivo Nacional revela que a desaparecimento de pelo menos 8 lideranças do PCB era parte de uma operação que buscava desarticular o partido e evitar que num eventual retorno à democracia políticos experientes do período 1946-1964 pudessem rearticular um projeto de esquerda no país. Alguns dos nomes de destaque que desapareceram durante a operação foram David Capistrano, João Massena, Orlando Bonfim, Elson Costa, Hiram de Lima Pereira, Jaime Amorim de Miranda, José Montenegro entre outros.

preservar posições que o tornassem ator incontornável na construção da nova ordem. Isso não significa que o processo de transição teve uma direção unívoca e absolutamente controlada de cima, mas que as forças sociais que se posicionaram criticamente ao regime militar ao longo de muitos anos não tiveram controle do processo. No mínimo, elas tiveram que se organizar numa relação direta com o funcionamento das instituições construídas na etapa anterior. Se a transição e seu símbolo maior, a Constituição, representam momentos de criação, no caso brasileiro os limites do impulso criador foram dados pela necessidade de enfrentar um regime que não estava completamente derrotado.

Esse modelo de substituição do regime autoritário foi consagrado com a decisão de fazer uma constituinte não-exclusiva, ou seja, uma assembleia constituinte composta pelos parlamentares eleitos nos últimos dois pleitos (1982 e 1986) – o que contrariou a maior parte das forças oposicionistas no país. Assim sendo, a Carta de 1988 nasceu dos trabalhos de duas legislaturas escolhidas ainda sob as regras eleitorais estabelecidas pelo governo militar. Embora as eleições legislativas de 1986 tenham renovado parte significativa do Congresso, alguns dos parlamentares foram escolhidos ainda em 1982.

A constituinte foi palco de disputas acirradas entre impulsos democratizantes levados a cabo por forças progressistas e esforços continuístas empreendidos por políticos bem posicionados na antiga ordem. Por mais que houvesse expressiva maioria conservadora no colégio que produziu a nova carta, a articulação de atores da sociedade civil impôs intensa pressão sobre o processo de produção do novo texto. Ao mesmo tempo, políticos progressistas se articularam de maneira a ocupar o maior número possível de postos decisórios.

O processo constituinte de 1987-8 foi um marco na superação do regime autoritário inaugurado em 1964. Convocada pelo presidente José Sarney em 1985, por meio da emenda nº26<sup>3</sup>, a Assembleia Nacional Constituinte (ANC) reuniu unicameralmente os parlamentares eleitos para a Câmara dos Deputados, integralmente renovada nas eleições de novembro de 1986, e do Senado Federal, renovado apenas parcialmente no mesmo pleito. Vinte e três dos setenta e dois senadores foram eleitos ainda nas eleições de 1982, o que motivou questionamento do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB) à mesa da ANC sobre a legitimidade da participação dos mesmos no processo constituinte. O formato da ANC, que combinava as atividades parlamentares e constituintes, bem como o processo de escolha dos membros, contrariou a posição de organizações da sociedade civil que protagonizaram a crítica à ditadura militar a partir de meados dos anos 1970, tais como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

No total, 559 parlamentares desempenharam as funções de constituintes entre 1º de fevereiro de 1987 e 5 de outubro de 1988. Destes, 306 eram do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), 132 do Partido da Frente Liberal (PFL), 38 do Partido Democrático Social (PDS), 26 do PDT, 18 do PTB, 16 do PT, 7 do Partido Liberal (PL), 6 do Partido Democrata Cristão (PDC), 3 do PCB, 3 do Partido Comunista do Brasil (PC do B), 2 do PSB, 1 do PMB e 1 do PSC. Em junho de 1988, 38 parlamentares

3. BRASIL. *Emenda Constitucional nº 26 de 27 de novembro de 1985*. Convoca Assembleia Nacional Constituinte e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Emendas/Emc\\_anterior1988/emc26-85.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc26-85.htm). Acesso em 24 de nov. 2016.



do PMDB, liderados por Mario Covas, deixaram o partido para fundar o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Os partidos conservadores somavam 201 cadeiras, enquanto os progressistas não chegavam a 50 (PILATTI, 2008). O PMDB tinha diversas tendências, sendo majoritariamente conservador, embora com algumas expressivas figuras progressistas, como o líder da bancada até junho de 1988, Mario Covas. PCB, PC do B, PDT, PSB, PT e, mais adiante, PSDB atuaram na maior parte do tempo como um bloco parlamentar, o chamado bloco progressista, que contou ainda com a participação de uma ala minoritária do PMDB. Por outro lado, formou-se um bloco conservador composto por PDS, PFL, PTB, PDC, PL e pela ala conservadora do PMDB, que a partir de novembro de 1987 passaria a se autodenominar como “centrão”. Segundo Pilatti, esse bloco representava a “autêntica expressão parlamentar do partido da ordem” (2008).

No campo da segurança, algumas mudanças foram alcançadas, embora a maior parte das forças armadas do Estado tenham mantido estrutura similar. A “comunidade de informações” foi desmantelada, mas as Forças Armadas e as polícias sofreram poucas alterações em sua organização e funcionamento. Essa continuidade tem forte relação com o poder de veto que as forças do antigo regime mantiveram na passagem para a nova ordem. Assim sendo, ainda que houvesse amplo debate na sociedade sobre a temática da violência e da segurança pública, poucas propostas inovadoras foram incorporadas à Constituição. A mobilização promovida por atores da sociedade civil como o Grupo Tortura Nunca Mais, a Comissão de Justiça e Paz, amparada pela Arquidiocese de São Paulo, manteve o tema do emprego de violência por parte do Estado em evidência ao longo dos anos 1980. Também cabe destacar o papel da Comissão Teotônio Vilela, formada por parlamentares que tinham o objetivo de formular propostas para enfrentar o tema da violência de Estado. Entretanto, isso não foi suficiente para que a extensão do processo de reforma do Estado, que acompanhou a constituinte de 1987-8, alcançasse as instituições responsáveis pelas graves violações aos direitos humanos no período anterior.

Jorge Zaverucha (2013) menciona a existência de uma série de acordos de bastidores entre os militares e as lideranças civis do processo de transição para que a extensão das transformações fosse regulada. Nesse sentido, ele fala na existência de um compromisso entre Tancredo Neves e o então ministro do Exército, general Walter Pires, para que o processo constituinte se desse pela via congressual e não através de uma assembleia exclusivamente constituinte. Zaverucha menciona também a existência de ameaças militares ao conjunto do processo, sempre que iniciativas de controle do poder militar começavam a avançar no âmbito da constituinte. Sobre as propostas de desmilitarização das polícias, por exemplo, Zaverucha afirma que “Ulysses [Guimarães] disse a [coronel Sebastião Ferreira] Chaves ‘que já não podia mudar nada porque tinha um compromisso com o general Leonidas [Pires]’” (ZAVERUCHA, 2013, p. 50)<sup>4</sup>. O autor menciona também a organização de um bem estruturado lobby militar sobre a constituinte, levado adiante por 13 oficiais superiores que foram incumbidos da tarefa de mediar os interesses corporativos de suas instituições com os parlamentares constituintes

4. A afirmação de Ulysses teria sido feita em resposta a uma sugestão do então secretário de segurança pública do Estado de São Paulo que, identificando patamares elevados de violência por parte de sua Polícia Militar, sugeriu que o novo texto constitucional mudasse o sistema de polícias vigente.

(ZAVERUCHA, 2013, p. 45)<sup>5</sup>. Durante os trabalhos da subcomissão que cuidou dos assuntos relacionados às instituições armadas do Estado (IV-B), o relator Ricardo Fiuza foi acusado por alguns de seus pares progressistas de estar comprometido com os interesses das Forças Armadas. Em suas respostas, salientou que era parte da função de relator receber todos os interessados em opinar sobre o novo texto constitucional e que não via problema em fazê-lo em seu apartamento, fora dos registros públicos do Congresso.

Não obstante as pressões organizadas pelos militares nos bastidores do processo constituinte – certamente determinantes para a preservação da configuração institucional existente no período anterior, marcada pelo militarismo –, este texto se dedica aos registros que estão disponíveis ao público, na medida em que estes permitem compreender como se constroem os argumentos que articulam uma visão de mundo que percebe como necessária uma organização específica das instituições armadas do Estado. Em outras palavras, por mais que existam outros fatores intervindo no processo de constituição destas instituições segundo um paradigma militarizado, o foco aqui recai sobre o que é enunciado, sobre as estratégias de argumentação e sobre os conceitos utilizados com o objetivo de produzir convencimento no debate público.

Tais estratégias de argumentação partem de uma visão comum sobre o passado recente, presente também no discurso dos atores militares que se propuseram a falar sobre o período autoritário. Da mesma forma, as estratégias de argumentação utilizadas pelos conservadores na constituinte compartilham com os militares a percepção de que o dissenso representa necessariamente um conflito a ser extirpado e que a ordem social deve ser preservada e garantida suprimindo as disputas políticas que são tão características da vida democrática. Em outras palavras, o que aparece no discurso dos constituintes é a noção, muito difundida nos meios militares brasileiros, de que a sociedade deve funcionar como um organismo harmônico, que combate violentamente aquilo que é considerado exógeno à sua existência. Esta afinidade entre a fala dos constituintes conservadores e dos militares será observada através da comparação de alguns pontos que aparecem em seus discursos, principalmente o apelo constante à ideia de guerra permanente. Para realizar este exercício, serão analisados, em primeiro lugar, os discursos emitidos por militares ouvidos pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) bem como por outros projetos de história oral, como o conduzido por Maria Celina D'Araujo. Em seguida, a leitura dos anais da constituinte permitirá a comparação e identificação dos pontos comuns.

## 2. As falas militares sobre a repressão e o período autoritário

Diante deste objetivo, a fala dos militares e demais indivíduos envolvidos no processo de repressão política é fundamental para mapear de que maneira os postulados teóricos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) foram traduzidos em uma visão de mundo que estruturava um conjunto de práticas e uma representação da realidade social. Certamente a fala dos militares não é o único espaço onde se pode apreender o que aqui podemos tratar provisoriamente como uma “cultura política da violência

5. O lobby teria incluído reuniões, visitas de parlamentares a instalações militares dentre outros mecanismos.



do Estado". Provavelmente os discursos produzidos pelos militares e agentes do Estado articulam conceitos e ideias que podem ser encontrados nos meios de comunicação, em trabalhos acadêmicos e outros tantos meios de formulação, expressão, reprodução e difusão de enunciados em nossa sociedade. Não obstante, como fonte deste trabalho foram selecionados os depoimentos prestados por militares ou agentes do Estado à Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Foram prestados à Comissão Nacional da Verdade e as comissões estaduais e setoriais de verdade e memória em parceria com a CNV aproximadamente 1177 depoimentos. Nesse total estão incluídos os depoimentos de vítimas e familiares de vítimas civis e militares da ditadura, especialistas, testemunhas, colaboradores institucionais, familiares de agentes institucionais civis e militares e agentes institucionais civis e militares. Aproximadamente metade dos depoimentos levantados é composto exclusivamente por testemunhos de vítimas diretas ou indiretas do regime, sejam elas civis ou militares, e pessoas que testemunharam algum tipo de violação aos direitos humanos no período.

Os depoimentos prestados por agentes do regime e por pessoas ligadas a eles, como familiares, compõem um total de aproximadamente 140 relatos. Mais de 80 deles são de agentes institucionais militares (agentes das Forças Armadas, policiais militares), pouco mais de 20 de agentes institucionais civis atuantes na repressão (delegados do DOPS, policiais federais, policiais civis) e 6 são de colaboradores institucionais do regime que não necessariamente ocupavam algum cargo dentro de qualquer órgão do Estado. O restante desses 140 depoimentos é constituído de relatos de familiares de agentes, de testemunhas militares e agentes institucionais civis que não atuavam em órgãos ligados diretamente ao esquema repressivo (funcionários do MEC, diplomatas e outros). Mais de 90 desses depoimentos foram colhidos reservadamente.

Em comparação ao número de testemunhos prestados por vítimas, familiares de vítimas, especialistas e testemunhas, o número de agentes ouvidos é bastante reduzido. Muito disso se deveu ao não comparecimento de grande parte desses agentes, apesar de terem sido convocados. A recusa em depor já é um dado em si, relevante para a compreensão da relação que muitos deles estabeleceram com o tema da violência política e do lugar que ocuparam nas estruturas repressivas. Enquanto alguns militares reivindicam seu papel na concretização dos esforços repressivos, construindo um discurso de legitimação do mesmo, outros preferem o silêncio, recusando o sentido de disputa pública sobre o tema. Uma parcela significativa dos agentes que após ter sido convocada a depor compareceu, mas não respondeu as perguntas elaboradas pela CNV ou deu qualquer tipo de informação voluntária. Muito dessa recusa pode ter relação com o temor de futuros processos de responsabilização judicial sobre as graves violações aos direitos humanos, mas algo pode ter relação com o tipo de leitura que desenvolveram do período.

Apesar de articularem uma visão de mundo que parte da dicotomia civil-militar (CASTRO, 2009, p. 24), os militares brasileiros que arquitetaram e operaram o regime 1964-1985 procederam a uma "militarização" de setores civis da sociedade. A diferenciação entre militares e civis, que do ponto de vista dos primeiros os coloca em patamar superior aos últimos também opera no sentido de resguardar o mundo civil das noções de honra e sacrifício próprias a um combatente militar. Entretanto, a partir da DSN os militares deixam de tratar como civis um conjunto de cidadãos identificados como inimigos

internos. A partir dessa lógica, deixam de reconhecer a estas pessoas os direitos que lhes competiam como cidadãos nacionais. A ideia de que o inimigo interno é apenas uma ponta de um sistema internacional complexo, destinado a promover a desestabilização da ordem, faz com que seus “agentes” sejam percebidos pelos militares como combatentes, dispostos, portanto, a aceitar o tipo particular de moral que prevalece em tempos de guerra.

O conceito de “Guerra” aparece na fala de quase todos os militares ouvidos pela CNV e é recorrentemente empregado em outros espaços onde os militares manifestam sua visão sobre o envolvimento com a repressão.

“Nós vivíamos numa época de enfrentamento, é sabido de todos, então, as notícias que saíam no jornal a respeito de qualquer coisa a respeito disso era objeto de análise de confronto”(Brigadeiro Zilson Luis Pereira da Cunha, p.15)

“Achávamos que, ao largo, ganharíamos a guerra. Porque tínhamos muito mais recursos do que eles, por mais que fossem alimentados pela União Soviética, PJ Cuba, pelos famosos dois milhões de dólares que o Brizola teria recebido, e que não sei se é verdade ou não.” (Carlos Alberto da Fontoura apud Castro, D’Araújo & Soares, 1994, P. 84)

Como se nota, parte importante da produção de uma narrativa baseada na ideia de guerra contra os subversivos ou terroristas tem a ver com a construção de um inimigo poderoso, dotado de recursos financeiros e militares que justifiquem tamanho esforço por parte do Exército brasileiro.

“Ele fez duas ou três reuniões com o pessoal de segurança. Aí entravam os ministros militares, o Ministério todo, dizendo que se devia aceitar a existência de uma guerra, na qual se mata ou se morre dos dois lados. Mas ele dizia: “Não aceito tortura, nem que se maltrate ou se mate preso. Não aceito de jeito nenhum.” Era a posição do presidente, declarada de público em duas ou três reuniões ministeriais, com o meu testemunho e de todos os que lá estavam: ele não admitia, absolutamente, tortura, martírio ou mortes em prisões. Na luta armada, sim. De peito descoberto, de ambos os lados, e exigia mesmo que fosse dessa forma, mandou-nos lutar de igual para igual. Mas nunca mandou torturar, nunca mandou matar. Pelo contrário. Ele não era homem para isso. E o brasileiro também não era.” (Carlos Alberto da Fontoura, apud Castro, D’Araújo & Soares, 1994, P. 93)

“Ele era o presidente, mas estávamos em estado de guerra. Então, é muito difícil impedir o sujeito de fazer determinada coisa. Muitos fatos podem ser usados, não como justificativa, para explicar por que houve alguma coisa errada. Normalmente, os militares não são desse tipo. Isso eu posso assegurar. São pessoas comuns, que gostam de ter amigos, que cultivam a camaradagem. Não são de querer torturar pessoas. Combate-se o presidente Médici porque ele foi obrigado a enfrentar a guerra revolucionária. Não tinha jeito.” (Enio dos Santos Pinheiro, apud Castro, D’Araújo & Soares, 1994, P. 138)



O discurso que sustenta a existência de uma guerra vem acompanhado da ideia de que há certa suspensão dos parâmetros éticos e morais que regem a vida considerada normal do país, passando a valer um código próprio aos tempos de guerra. Em depoimento à CNV, a esposa do médico militar Amílcar Lobo relata que seu companheiro sentia-se culpado pelas funções que exercia e ilustra esse dilema moral a partir de um diálogo que presenciou:

“O Amílcar sai da sala e vai para o jardim, e o Sampaio vai atrás dele e diz: “Lobo, nós estamos em um período de guerra, e guerra é isso.” (Maria Helena Gomes de Souza, p. 26)

A consolidação de um discurso sobre o que significa viver em “tempos de guerra” vem acompanhada de uma noção de sacrifício que se relaciona muito mais com o que se está disposto a fazer – ou até que ponto se está disposto a abrir mão de sua própria condição de sujeito moral – do que com o grau de abnegação em relação à própria vida. Em tempos de guerra, mais importante do que a disposição de morrer, é a disposição de matar.

“Agora uma coisa que é interessante, o soldado é o mesmo em qualquer lugar do mundo, essa que é a verdade. O soldado é aquele homem que está preparado não é para morrer pela pátria, morrer pela pátria quem morre é amador, matar pela pátria, você entendeu? E quando a gente vai para essas coisas aí fora, a gente vê isso claramente, nós não queremos que os nossos filhos sirvam o Exército para morrer pela pátria, é ou não é? Agora se eles gostam daquilo, nós queremos que eles sejam exímios matadores, é ou não é verdade? (General Álvaro de Souza Pinheiro, p.6)”

A guerra é apresentada como o espaço por excelência da exceção, como se a defesa da ordem exigisse a suspensão da mesma, ainda que de maneira seletiva, em determinados espaços e com referência a determinados cidadãos.

“será que tem nexos você pegar um sujeito que é um terrorista, um camarada caçado, um camarada que não tem o que perder, que tem uma vida clandestina, que se afastou de sua família, tem cabimento enterrar ele em um cemitério? Eu não vejo.” (General Álvaro de Souza Pinheiro, p.15)

“O estado de guerra é um estado de exceção. E o Brasil não quer se convencer que vivíamos uma guerra fria. Uma guerra. Seqüestravam embaixadores, matavam pessoas. Morreram muitos. Jogaram uma bomba na comitiva do Costa e Silva, em Recife, sacrificando pessoas injustamente. Vivia-se uma guerra. Dentro dela, o lado que tinha o controle da legislação, do direito, viu-se obrigado a impor limites, para evitar males maiores. Agora, a dosagem desses limites é muito difícil. Por isso, acho que tudo está relacionado com a duração. Um regime de exceção não pode se prolongar por 21 anos” (Deoclecio Lima de Siqueira apud Castro, D’Araújo & Soares, 1994, p. 118)

As afirmações sobre o “combate interno” ou sobre a “guerra” empreendida pelos militares contra o “terrorismo” ou a “subversão” ganham ênfase particular quando o tema é a repressão à Guerrilha do Araguaia. Esse episódio concentra o maior número de desaparecidos políticos do Brasil (68 dos pelo menos 73 cidadãos mortos pelo Estado brasileiro na guerrilha seguem desaparecidos) e rendeu ao país uma condenação na Corte Interamericana de Direitos Humanos. Ao enfrentarem a guerrilha, os militares procederam, em 1972, com operações de guerra tradicional, ocupando territórios de maneira ostensiva com uso de praças, cabos, sargentos e policiais militares de diversas patentes. Diante das dificuldades em encontrar os guerrilheiros passam a trabalhar com operações de inteligência e agentes infiltrados, localizando um a um os guerrilheiros e assassinando-os. A Guerrilha do Araguaia, em certo sentido, é tomada como prova, pelo militares, do acerto no diagnóstico de superação das formas tradicionais de se fazer guerra e da necessidade de atualização das Forças Armadas segundo os postulados das teorias da guerra revolucionária e de seu desdobramento na Doutrina de Segurança Nacional.

“Nós estamos falando de guerra, nós estamos falando de guerra de curta distância, nós estamos falando de combate na selva, com fuzis, nós estamos falando de calibre 762 milímetros, ponto trinta, já ouviu falar nisso? Você imagina o buraco que faz um projétil a dez metros de distância, você já imaginou como é?” (General Álvaro de Souza Pinheiro, pp. 17-18)

“O meu interesse nesse episódio é que a população brasileira compreenda que o Exército resolveu um problema grave, que traria um prejuízo muito sério ao Estado nacional brasileiro. Você tem um foco dessa natureza, um foco terrorista num ambiente de selva, no bico do papagaio do Brasil, você reparou o local que eles escolheram ali? Isso não foi nada coincidência, isso é estudado. É porque vocês são leigos, e se esse foco permanece por lá, o Brasil ia sofrer inclusive nos organismos internacionais. Está entendendo o que eu estou falando? Hoje você encontra organismos internacionais que à luz dos direitos humanos se julgam prepotentes para agredir a soberania dos Estados nacionais e começar a cobrar medidas. Felizmente aqui isso nunca, e se Deus quiser, isso jamais acontecerá. Graças à competência e à capacitação operacional das nossas Forças Armadas” (General Álvaro de Souza Pinheiro, P. 26)

A fala do general Álvaro de Souza Pinheiro sintetiza o espírito da DSN: embora se tratasse de uma guerra, era uma guerra diferente. Se por um lado valia a adoção de um código moral próprio aos esforços de guerra, por outro era importante entender que tratava-se de uma guerra mais difusa, que podia contar, inclusive, com campanhas de difamação em organismos internacionais e estratégias de propaganda e desestabilização. A mudança no caráter da guerra se dá devido às mudanças na natureza do inimigo. A consolidação de uma percepção da guerra como flexível, de natureza diferente dos conflitos tradicionais do século XX, leva à defesa de estruturas que estejam aptas à disputa-la. Assim, é a percepção sobre o passado recente que informa a defesa de como devem funcionar as instituições armadas do Estado, sempre prontas a enfrentar um novo tipo de guerra.



### 3. As falas dos constituintes conservadores sobre o passado

No âmbito da Assembleia Nacional Constituinte, as visões sobre o passado recente enunciadas pelo bloco conservador partilhavam, em relação aos discursos analisados acima, a percepção de que o período foi marcado por uma lógica de guerra. Tais narrativas foram sempre enfrentadas pelos parlamentares progressistas, que em todas as ocasiões demarcaram a necessidade de lidar criticamente com a experiência anterior. As menções às graves violações aos direitos humanos ocorridas no período eram sempre trazidas por constituintes progressistas com o objetivo de alertar para o sentido geral do texto a ser produzido. Aqui já não se tratava de preservar um ou outro dispositivo, mas de discutir as próprias razões da reunião de uma assembleia constituinte naquele momento e, a partir disso, o que se esperava dela como resultado final. Os exemplos do passado recente do país, principalmente quando mobilizados pelos parlamentares progressistas, almejaram formular uma crítica ao próprio espírito dos debates que transcorriam na subcomissão e na comissão temática.

Talvez ainda sob o impacto do último estado de emergência que vivemos, porque um General pegou um rebenque e começou a chicotear os automóveis e jornalistas, também nós sugerimos que, ao ser efetuada uma prisão, o prisioneiro fosse submetido a exame de sanidade física e mental. Não impedi a prisão, não sugeri que fosse dado ao estado de direito, que não era estado de sítio, o direito de prender, mas quis estabelecer limites ao General Newton Cruz, ou, eventualmente ao General Cerqueira, que foi guindado à posição de General atualmente. Faço essas colocações porque estamos sob um impacto. Pois bem. Basta dizer, Sr. Presidente – e temos aqui vários militares – que 2/3 das Forças Armadas se voltam para a questão da repressão interna. É só ver a localização, onde estão localizadas essas forças, o tipo de armamento que usam, para verificar que elas não se destinam à defesa externa, se destinam à repressão interna. Onde está a segurança nacional? Será que vamos chegar à situação da Argentina, que voltou mais de 2/3 das suas Forças Armadas para a repressão interna? E os ingleses deram um passeio sobre os argentinos, com morte de milhares de jovens que não tinham nada a ver com um General bêbado que declarou aquela guerra. (MACIEL, AANC, 01/06/1987)

Já os constituintes do bloco conservador recorreram ao passado recente de diversas maneiras, desde o olhar lançado sobre os textos constitucionais de 1967 e 1969 até a lembrança de eventos como a crise que culminou na queda do presidente João Goulart ou o enfrentamento às esquerdas armadas dos anos 1960 e 1970. Se seu objetivo consistia na preservação do modelo de organização das instituições armadas do Estado, era preciso articular uma narrativa que justificasse os esforços repressivos empreendidos no período anterior, que resultaram nessa organização que se queria preservar.

Porque no período autoritário houve realmente um impedimento a quaisquer manifestações tendentes a violentar a ordem democrática. Entretanto, o que se observou, historicamente, foi que esta violência foi direcionada contra estamentos nacionais que pretendiam impor, pela violência, organizada também uma mudança, abrupta na ordem jurídico-insti-

tucional brasileira. O dissenso, puro e simples, que VEx.<sup>a</sup>, como advogado eminente que é, menciona e quer dizer aqui, é o dissenso que a doutrina da ESG coloca dentro do sistema da segurança pública que são os comportamentos divergentes e movimentos contestatórios. A guerra revolucionária é uma guerra interna, intestina, que não pode ser tratada com luvas de pelica. Então, a repressão – não estamos aqui para fazer a apologia dessa repressão, nós absolutamente, não compartilhamos, nem participamos - foi direcionado contra segmentos nacionais idealistas, respeitáveis, e que entediavam, por exemplo, que o terrorismo, o seqüestro, a guerrilha, eram as únicas formas possíveis de modificar a ordem constituída naquela época. Então, foi contra esses estamentos que o aparato de defesa do Estado se mobilizou. (PINTO, AANC, 23/04/1987)

No Brasil, em 63/64, o presidente e o povo nas ruas, uma insatisfação social generalizada, a vontade nacional – que foi dito aqui que é bastante firme – apontava a sua desaprovação àquele estado de coisas. As Forças Armadas ficaram nos quartéis e só em última instância é que houve aquele movimento que depois, infelizmente, se prolongou além do que costumemente ocorria. E V. Ex.<sup>a</sup> sabe que a intenção do primeiro presidente da revolução era entregar, eu creio, o poder a um civil. (PINTO, AANC, 05/05/1987)

A justificação do golpe e da repressão política se dá por meio da lógica da guerra, apresentada no tópico anterior. Por essa razão, os parlamentares conservadores reafirmavam a necessidade do envolvimento militar na vida civil e a reorganização das instituições no curso da ditadura. As disputas em torno do passado recente foram fundamentais para delimitar a extensão das mudanças que seriam promovidas pelo novo texto constitucional. Aceitar a narrativa de que o regime militar fora um período de violência arbitrária contra a população civil representava, na perspectiva dos parlamentares do bloco conservador, reconhecer a necessidade de uma mudança radical nas estruturas então vigentes. Por isso, foi fundamental para eles reafirmar a ideia de que as violações aos direitos humanos foram apenas excessos, acidentes de percurso em uma guerra justamente empregada pelas forças armadas no país.

Sr. Presidente, é natural, desde o início, que imaginávamos que uma comissão ou uma sub-comissão que tratasse da Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, suscitasse imediatamente, numa época de grandes transformações na sociedade brasileira, alguns ressentimentos ou alguns sentimentos que, na realidade, devem ou deveriam ter sido esquecidos, quando da elaboração do trabalho. E por quê, Sr. Presidente? Porque estávamos e estamos saindo de um período autoritário, de um regime de exceção, onde as frustrações, as mágoas, as injustiças, que são sentimentos absolutamente legítimos, naturalmente, tendem a influir decisivamente no nosso comportamento na elaboração da Carta. Entendia o Relator que sem abstrair esses sentimentos, que, como disse, são legítimos, deveríamos pensar menos no passado e no presente e mais no futuro deste País. Por esta razão, enfrentamos com desassombro as questões delicadas, questões mal compreendidas. (FIUZA, AANC, 01/06/1987)



Nós não podemos pensar numa Constituição voltada para aspectos conjunturais, para os ressentimentos bem próximos, para as nossas idiossincrasias recentes. A Constituição, V. Ex.<sup>a</sup> sabe, tem que ser um instrumento de estruturação da sociedade brasileira. Então, não é possível enxertar casuísmos. (PINTO, AANC, 23/04/1987)

Por mais que todos os parlamentares presentes na subcomissão IV-B reconhecessem que o período anterior foi marcado por autoritarismo e violência, a defesa dos motivos originais que levaram as forças armadas a intervir na vida política nacional ajudou a sustentar a hipótese de que o passado recente fora marcado por muitos erros de todas as parcelas da sociedade brasileira, o que exigiria um esforço de superação baseado no olhar para o futuro e o esquecimento das feridas então abertas. Reforçava-se assim a lógica dos excessos, segundo a qual os militares passaram dos limites na repressão, mas apenas porque os grupos da esquerda também se valeram da violência política para disputar seus objetivos na sociedade.

V. Ex.<sup>a</sup> disse que foi injustiçado porque defendia a Pátria com a força e eu digo: “pela força”. V. Ex.<sup>a</sup>, que é homem sério e bem intencionado, não é o repositório da verdade universal; V. Ex.<sup>a</sup> se constitui uma minoria que defendia os seus princípios, que julga ser os da Pátria, pela força obviamente, sofreram a repressão, porque saíram dos limites, tanto os militares, quanto V. Ex.<sup>a</sup> É o meu enfoque, em que pese o respeito que tenho aos idealistas. (FIUZA, AANC, 01/06/1987)

Inicialmente eu gostaria de complementar uma frase do Sr. Conferencista, emitida há pouco, que dizia que a extrema direita é golpista. Complementaria dizendo que, tanto a extrema direita, como a extrema esquerda são nocivas ao nosso País, e que nós devemos seguir uma posição equidistante dessas extremas, tanto à direita quanto à esquerda, que talvez os destinos do nosso País nós possamos conduzi-los melhor. (MARTINS, AANC, 28/04/1987)

Em sua perspectiva, os excessos ocorridos no combate ao comunismo não podiam determinar a construção do novo texto constitucional. Diversas vezes eles falaram na necessidade de abandonar ressentimentos ou mágoas dos setores progressistas. Dessa maneira, os parlamentares do bloco conservador classificavam como emotivas quaisquer referências feitas às violações do período anterior, desqualificando de antemão a possibilidade de discutir os caminhos pelos quais o Estado brasileiro construiu um sistema voltado exclusivamente para a operação da repressão política. Na argumentação dos constituintes do bloco conservador, os eventos ocorridos no passado recente não poderiam servir como razão para desarmar o Estado dos instrumentos considerados necessários à sua defesa. Contudo, embora defendessem a necessidade de superar as feridas do passado recente, os parlamentares do bloco conservador tiveram na tradição seu argumento central. Por mais que ressaltassem como imperativo o olhar para o futuro, não deixavam de se ancorar nas soluções tipicamente brasileiras que se formularam ao longo de muitos anos para defender suas teses de preservação das formas de organização do Estado então vigentes.

### 3.1 Em defesa da tradição

A estratégia argumentativa que se centra na tradição tem sempre o efeito de reafirmar as particularidades do país, rejeitando automaticamente a adoção de modelos estrangeiros. Essa forma de argumentar remete diretamente ao realismo político que orientou o pensamento conservador no Brasil ao longo, pelo menos, dos anos 1930 e 1940. Hegemônico dentre os ideólogos do Estado Novo, o realismo político afirmava que era preciso conhecer as todas as características de um país de maneira a formular as soluções políticas que melhor lhe conviessem. As instituições deveriam ser organizadas, portanto, a partir do olhar para diversos elementos, como as variações culturais e folclóricas, a geografia física e o desenvolvimento histórico da população. No caso brasileiro, teria particular importância a influência ibérica, que apontaria para uma tradição de centralização e verticalização do poder.

Constituinte, ia só precisar um ponto aqui para encerrar esta discussão. Não convém imaginarmos a sociedade brasileira, ou as elites também, como culpadas coletivamente de um processo de intervenção contra o povo; precisamos lembrar-nos das matrizes das quais fomos oriundos; não somos originários de uma tradição anglo-saxônica ou germânica; a maioria do nosso povo tem origem ibérica, onde a tradição é da ação centralizadora do Estado. [...] este é um país, onde, se insistirmos em que as pessoas tomem decisões por si, provavelmente elas irão pedir que se crie um ministério que tome decisões por elas, o ministério das decisões próprias, como se criou o Ministério da Desburocratização, para desburocratizar. Então, temos que perceber um pouco também com quem estamos falando. Não estamos dirigindo-nos a marcyanos; estamos dirigindo-nos a descendentes de portugueses e espanhóis e africanos e a minorias de outras origens que falam o português que, ao falar português, adquiriram a mentalidade, os hábitos e as tradições da Mãe-Pátria Lusitana. (MACEDO, AANC, 22/04/1987)

O realismo pressupunha uma relação entre cultura e política na qual a primeira determinava as margens dentro das quais a última se organizava. Em outras palavras, as características culturais de um país permitiriam dizer as instituições possíveis, independentemente de quaisquer modelos abstratos. O exercício de pesquisa das características de nacionalidade brasileira, preconizado pelo realismo político, permitiria determinar alguns traços permanentes, estruturantes da nação bem como alguns objetivos da coletividade. Nesse sentido, existe uma afinidade entre o realismo político e uma parte da doutrina de segurança nacional, tal como desenvolvida no Brasil.

Por um lado, esta forma de pensar apresenta algumas características tidas como gerais no campo do pensamento político brasileiro, como o “diagnóstico do atraso, da barbárie, do retardo ou do subdesenvolvimento nacional e do imperativo do progresso, da civilização, da evolução ou do desenvolvimento, meios conducentes à transformação das estruturas herdadas da colonização para alcançar a modernidade cêntrica.” (LYNCH, 2016, p. 83). Por outro, há elementos recorrentes no pensamento conservador brasileiro, classificado de muitas maneiras segundo diferentes autores. Lynch (2016) refaz o percurso de alguns analistas que estabeleceram critérios de divisão do pensamento político brasileiro, mas apesar das distintas categorias empregadas é possível identificar algumas características



comuns entre os campos descritos. O que é descrito por Wanderley Guilherme dos Santos como *autoritarismo instrumental*, por Bolívar Lamounier como *autoritarismo*, por Gildo Marçal Brandão como *idealismo orgânico* e por Luiz Werneck Vianna como *iberismo* remete a uma mesma forma de pensar politicamente, embora as categorias guardem diferenças entre si e possam incluir ou excluir determinados autores, valorizar ou desvalorizar certos aspectos.

Para Lynch, o autoritarismo instrumental de Santos e o simples autoritarismo de Lamounier olhariam para o mesmo conjunto de pensadores, com a diferença de que para o primeiro eles partiriam do diagnóstico de uma sociedade fragmentada e autoritária para a defesa de um Estado que agisse de maneira a mudar o panorama e chegar à modernidade liberal enquanto para o último estes autores – como Oliveira Vianna, Francisco Campos e Alberto Torres – seriam simplesmente autoritários, sem que o liberalismo estivesse em seu horizonte de futuro. É para esse mesmo conjunto de autores que olham Werneck Vianna e Gildo Marçal Brandão, particularmente para Oliveira Vianna. Por mais que esses analistas possam dissentir sobre as predições que derivam das obras desses autores, bem como sobre o lugar ocupado por eles na história do pensamento político e social brasileiro, todos percebem neles algumas características básicas, como a identificação de uma sociedade fragmentada e amorfa, que exigiria um Estado que se ajustasse a essa realidade e não uma simples reprodução dos Estados liberais tidos como modelos nos países centrais.

Retomando o ponto apresentado acima, a política (a forma de organização do Estado) deve ser derivada da cultura (da base real – populacional e territorial) sobre a qual atuará. Isso não significa que o Estado nasce da sociedade, em um movimento de baixo para cima, mas sim que sua organização deve ser pensada – mesmo que por uma elite – de acordo com a realidade atrasada do país. As soluções políticas dos países modernos seriam, portanto, inúteis em um país com as particularidades de nossa formação. Essa forma de pensar aparece com bastante clareza nas falas dos parlamentares do bloco conservador aqui analisadas, segundo as quais muitas das soluções de organização do Estado encontradas em outros lugares do mundo teriam pouca margem para sucesso em um país como o Brasil. Os argumentos que apelavam às tradições brasileiras guardam relação com linhas já existentes do pensamento político brasileiro, por um lado, e também com a doutrina de segurança nacional, por outro.

Segundo os militares que compareceram a audiências na subcomissão e também de acordo com os próprios parlamentares que defenderam a doutrina, o conceito de segurança estaria ligado à possibilidade de identificar um conjunto de objetivos nacionais permanentes. Estes objetivos derivariam das características mais estruturantes da nacionalidade brasileira, tal como no realismo político. Em formulação próxima aos postulados do realismo político, portanto, a doutrina de segurança nacional sustentaria que o Estado era um espaço de realização da nação, assegurando as condições para a concretização de seus objetivos nacionais permanentes, compreendidos a partir do conhecimento das características nacionais.

Então, o problema talvez se situe menos no excesso de medo do intervencionismo militar do que naquilo que V. Ex.<sup>a</sup> explicitou aqui, o fortalecimento do poder civil, das estruturas partidárias. Na hora em que essas coisas acontecerem, na hora em que tivermos, concomi-

tantemente com isso, um modelo econômico mais justo, menos iníquo, não haverá por que pensar em pronunciamento militar, intromissões militares nas decisões da vida política brasileira. É essa a minha colocação, não vejo porque, por medo, por discriminação devemos dar uma volta de 180 graus em relação às tradições e à cultura brasileira, alijando as Forças Armadas do processo da segurança interna. Sabemos, foi dito aqui, que essa doutrina da segurança nacional tem alguns fundamentos, entre eles o seguinte: “a Nação busca a unidade”, daí por que os objetivos nacionais permanentes que devem ser fixados pelo Congresso – são evidentes, óbvios, dizem respeito à sobrevivência do Estado-nação, e tudo aquilo que tender a sacrificar a sobrevivência nacional estará agredindo um objetivo nacional permanente, impulsionando na área de segurança interna, quando se tratar de adversários internos. E essa iniciativa das Forças Armadas, aí, seria subsidiária à das forças públicas: polícias militares e civis. (PINTO, AANC, 05/05/1987)

De acordo com os representantes da ESG, tais objetivos nacionais permanentes seriam identificados pelo Conselho de Segurança Nacional, um órgão do Estado que se dedicaria a estudar e compreender as características da nação e assim determinar seus objetivos. Nas discussões ocorridas na subcomissão, deputados progressistas apontaram o caráter antidemocrático de um conselho que se responsabiliza por determinar quais são os objetivos na nação, pressupondo que exista unidade e consenso na sociedade em torno do que ela deve buscar. Isso levou a uma pequena mudança na operação da doutrina, defendendo que os objetivos deveriam ser fixados pelo Congresso, que representa legitimamente a nação. De certa forma, esse movimento de parlamentares como Ottomar Pinto pode ser interpretado como uma adaptação do bloco conservador para que fosse possível compatibilizar seus pressupostos com a emergência de um novo regime democrático no país. De toda maneira, seguir-se-ia concebendo o Estado como o espaço de realização da nação, dotada de objetivos permanentes e identificáveis a partir da análise de suas características culturais. É essa a base do argumento da tradição, que olhando para o que existe, reafirma a realidade em forma de objetivo, entendendo-a como única possibilidade de organização da vida social e política.

### Conclusão

Os debates parlamentares acerca das instituições armadas do Estado contribuem para a compreensão deste objeto na medida em que revelam formas de pensar que tratam como inevitáveis a militarização e o uso da força como soluções para os problemas brasileiros. Estas formas de pensar têm enorme afinidade com uma das linhagens do pensamento político brasileiro, que identificava na fragmentação de nossa sociedade uma das razões para a exigência de um Estado capaz de assegurar sua integração moral. Embora os parlamentares não façam referência direta aos formuladores destas assertivas, é possível dizer que eles partilhavam uma estrutura de sentimento<sup>6</sup> que os fornecia uma visão de mundo baseada nesse pressuposto, da debilidade moral da sociedade brasileira.

6. Categoria empregada pelo teórico marxista Raymond Williams para dar conta da partilha de uma inscrição comum no



A partir disso, foram rejeitadas as alternativas de organização das instituições armadas oferecidas pelos constituintes progressistas e por alguns dos convidados a falar na subcomissão IV-B. Estas alternativas foram tidas como utópicas, pouco realistas, ou baseadas em ressentimentos. Em seu lugar, os parlamentares do bloco conservador garantiram a passagem das instituições já existentes para a nova ordem, afirmando-as como soluções brasileiras para problemas tipicamente brasileiros. Assim, instituições que se constituíram a partir da lógica da guerra e que se notabilizaram pelo emprego arbitrário da violência física e simbólica contra os cidadãos brasileiros no período imediatamente anterior foram legitimadas como capazes de definir os interesses nacionais e as medidas necessárias para sua proteção. Em outras palavras, se é da natureza do Estado exercer a violência como maneira de lidar com as formas de questionamento frontal à sua organização, é inegável também que nem sempre isso se traduz em instituições armadas que assumem para si a tarefa de definir em limites estreitos o que significa viver dentro da ordem e a partir disso eliminar física e simbolicamente o que se encontra fora dela.

Ou seja, queremos chamar atenção para o fato de que não se pode simplificar a construção do Estado de Segurança Nacional, em seus aspectos repressivos, a uma mera resposta aos contratempos da época. Para aqueles vinculados à área de informações, era de fato um projeto de maior alcance que se impunha atemporalmente e que acreditava que, via controle policial e militar, a sociedade poderia ser moldada de uma forma estática e desideologizada. Para muitos militares, ele teria a função de combater a guerrilha e, numa segunda etapa, fazer um trabalho preventivo de saneamento ideológico. Por isso mesmo, a desmontagem desse sistema se tornará tão demorada e problemática, guardando relação com os objetivos e metas que lhe foram conferidos. (D'ARAUJO, CASTRO e SOARES, 1994. p.24)

O que se pretende afirmar, assim, é que durante o período 1964-1985 – e mais especificamente entre 1967 e 1969 – construiu-se um modelo de Estado que restringiu a cidadania em limites bastante fechados e que na passagem da ditadura para a democracia nascente houve intenso esforço no sentido de manter ativas e intocadas as estruturas responsáveis por essa restrição. Isso significa que persistiram as condições institucionais para que o emprego de violência por parte do Estado continuasse e se ampliasse mesmo no regime democrático. Mas para além das condições institucionais, foram formulados e difundidos argumentos que sustentam a inevitabilidade destas instituições. Se tomarmos a noção foucaultiana de dispositivo - entendido como uma rede de práticas, discursos, leis, medidas administrativas, enunciados científicos e outros fatores que integram um mecanismo de dominação (REVEL, 2008) – é possível afirmar que o esforço realizado neste texto é passo importante, ainda que não suficiente, para compreender a maneira como opera a atualização da violência por parte do Estado.

---

mundo que não seja determinada necessariamente pela adesão racional a uma doutrina. Williams usa essa categoria para analisar um conjunto de intelectuais, artistas e escritores britânicos no que chamou de círculo Bloomsbury, com destaque para Virginia Wolf. Ele afirma que o traço em comum entre os diversos membros do círculo era uma estrutura de sentimento partilhada, que os situava no mesmo lugar dentro de sua sociedade, com visões de mundo parecidas.

As continuidades institucionais em relação ao período da ditadura militar já haviam sido mapeadas em diversas pesquisas, como o grande esforço coordenado por Paulo Sérgio Pinheiro, Sérgio Adorno, Nancy Cardia e Malak Poppovic (1999), "Continuidade autoritária e construção democrática". O que este trabalho procurou explorar não foram as similaridades existentes entre as estruturas de ontem e hoje, mas sim a maneira pela qual setores da sociedade que apoiam tais continuidades organizaram seus argumentos de maneira a legitimar essa passagem. Em outras palavras, o foco aqui não recaiu sobre as instituições armadas em si, mas sim sobre os discursos que advogaram a necessidade da existência de tais instituições nessa configuração específica.

Não obstante, é preciso pontuar que a continuidade da forma de funcionamento destas instituições até os dias atuais depende da continuidade de formas de pensar presentes no momento que em que foram formadas, ou pelo menos de uma atualização das formas de pensar que siga sendo compatível com seu funcionamento. Tal como na noção de dispositivo, mencionada acima, as práticas não podem ser compreendidas de maneira independente dos discursos. Dito de outra forma, não se pode afirmar que em 1987-8 foram empregados argumentos que garantiam a passagem de uma configuração autoritária das instituições armadas do Estado para a democracia e que depois disso elas seguem funcionando de maneira automática, independente de seus mecanismos simbólicos de legitimação. Retomando o ponto de lási, as continuidades nunca são inerciais, restos, mas sempre requerem sua reprodução cotidiana e sua inscrição na ordem vigente. Isso vale não apenas para as práticas recorrentes em determinadas instituições, mas também para os discursos que constituem estas práticas. Assim sendo, por mais que as análises aqui propostas congelem um quadro, trata-se de um movimento que é permanente e segue se processando de maneira a dar suporte a práticas de violência.

Durante a constituinte de 1987-8, a disputa entre os blocos conservador e progressista se resolveu, no caso específico dos mecanismos de segurança, em favor do primeiro. Isso foi possível através de uma narrativa que valorizou sobremaneira o lugar da tradição na definição das instituições. De maneira resumida, é possível afirmar que o campo de disputa no qual se deram os debates sobre segurança foi definido pela maneira como se olharia para o passado. A própria definição de Pilatti sobre os blocos atuantes no âmbito da constituinte – conservador e progressista – já apontava para a centralidade desse aspecto temporal. As considerações sobre o passado do país estiveram presentes desde a definição dos interlocutores que teriam espaço privilegiado na subcomissão até a justificativa para a adoção de soluções institucionais consideradas tipicamente brasileiras, sem paralelo no mundo.

A prioridade do elemento temporal na definição da agenda e das formas do pensamento político brasileiro – tanto em seus aspectos teóricos quanto em suas mobilizações práticas, como os discursos parlamentares na constituinte – deriva da tensão estruturante entre a modernidade e a modernização em nossa sociedade. Seguindo a pista de Werneck (2009), em sua análise sobre o pensamento de Raymundo Faoro, a primeira seria um processo que abarca o conjunto da sociedade, enquanto a modernização pressupõe a "a precedência do elemento da vontade de um ator político" (WERNECK, 2009, p. 375). A vontade desse ator político, demiúrgico, pretende acelerar o tempo e levar a sociedade de seu atraso imposto à modernidade, salto temporal impossível na concepção de Faoro.



O Brasil, cuja formação foi marcada pela modernização, pela ação política que busca criar o moderno onde as condições ainda não existem, é o país da revolução passiva, programa de criação da nação a partir do Estado, que em seu esforço criador não pode se desprender completamente dos elementos do passado (WERNECK, 1996). O processo de transição abriu, segundo Werneck, uma fenda nessa longa trajetória da modernização – cujas formas de pensamento foram expostas neste artigo. Mas essa abertura não significa que a modernidade tenha se estabelecido contra a modernização. Afinal, “Se a revolução passiva das elites territorialistas traduziu o seu programa de criar uma nação para o seu Estado, a nação que vem emergindo do processo de conquista de direitos e da cidadania por parte das grandes majorias ainda não concebeu o seu Estado.” (WERNECK, 1996). Assim sendo, a transição e a constituinte seguem permeadas pelas tensões e contradições já mencionadas anteriormente, marcadas pela resistência dos atores que portaram ao longo de muitos anos o projeto de modernização conservadora que resultou em nossa revolução passiva. Nesse projeto, a aceleração do tempo tinha um destinatário específico: o povo, moralmente débil, fragmentado, amorfo, carente de reforma. É nesse quadro que se compreende a exaltação do militarismo.

O tom de valorização das instituições militares decorreu principalmente do reconhecimento de sua organização baseada na hierarquia e na disciplina, o que garantiria não só as condições de reprodução de um modelo capaz de preservar a ordem, mas também a difusão de uma concepção de cidadania bastante rígida. Assim, os valores militares eram percebidos, também, como guias em uma sociedade em decadência moral. Daí a defesa de uma militarização cada vez maior do Estado, que resultou em propostas como o engajamento das Forças Armadas em programas de alfabetização, na recuperação de jovens infratores ou simplesmente na alusão aos valores que se aprendiam durante a prestação do serviço militar obrigatório.

Sou favorável ao serviço militar obrigatório. Criado em berço de ouro, relutei muito para fazer o serviço militar. Fiz o possível e o impossível para não servir, mas, obrigatoriamente, tive que servir e lá fui muito bem tratado, fiz o curso de cabo com três meses que estava na incorporação, tive dias maravilhosos, aprendi a amar mais à Pátria, com os ensinamentos dos meus superiores, obtidos ali, porque na vida civil, ficamos distorcidos daquela obrigatoriedade do que é Pátria, do que é Bandeira, do que é uma série de Símbolos. Hoje, sinto-me orgulhoso de ter servido ao Exército brasileiro. Aprendi muitas coisas ali, que hoje me são caras na minha vida profissional, na minha vida empresarial e na minha vida política. Por isso, sou favorável ao serviço militar e gostaria que todos os jovens pudessem também passar pelo serviço militar, se assim fosse possível, porque tenho certeza de que o rumo desta Nação seria outro. (FERREIRA, AANC, 13/06/1987)

Novamente, é possível encontrar uma linha de continuidade em relação aos diagnósticos traçados pelo pensamento conservador no Brasil, que sempre atribuíram certa debilidade moral ao povo. Diante das condições materiais precárias de existência, os brasileiros teriam dificuldade em se formar enquanto coletividade, bem como de solidificar dotações morais fundamentais para a vida em sociedade. Daí decorreria a necessidade de uma espécie de educação moral, para a qual as Forças

Armadas poderiam contribuir significativamente. A militarização cada vez maior do Estado e da vida ensejaria um modelo específico de cidadão que seguiu na ordem do dia do pensamento conservador no país. As discussões sobre o modelo de organização das instituições armadas do Estado apresentam, portanto, dois elementos que seguirão presentes nos argumentos dos políticos conservadores ao longo do tempo: (1) a lógica de uma guerra permanente, derivada do militarismo que atravessou as discussões e (2) a necessidade de reforma moral do povo, a partir de limites estritos de cidadania, subjacente ao argumento da tradição, que recusava soluções modernas para um país considerado atrasado.

### Referências bibliográficas:

CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero. *Antropologia dos militares: reflexões sobre pesquisas de campo*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso e SOARES, Glaucio. **Visões do golpe**: a memória militar em 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

\_\_\_\_\_. **Anos de Chumbo**: a memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

\_\_\_\_\_. **A volta aos quartéis**: a memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60 – 2004.

\_\_\_\_\_. Como eles agiam. **Os subterrâneos da Ditadura Militar**: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FONTES, Virgínia. Ditadura e democracia: velhos e novos desafios. In: \_\_\_\_\_. IASI, Mauro L.; COUTINHO, Eduardo G. (Orgs.). **Ecos do golpe**: a persistência da ditadura 50 anos depois. Rio de Janeiro: Mórula, 2014. P. 9-16.

IASI, Mauro L.; COUTINHO, Eduardo G. (Orgs.). **Ecos do golpe**: a persistência da ditadura 50 anos depois. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: \_\_\_\_\_. **Futuro Passado**. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC/RIO, 2006. P. 305 – 328.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. Editora Página Aberta: São Paulo, 1991.



LESSA, Renato. In DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato Raul; LESSA, Renato. *Modernização e consolidação democrática no Brasil: dilemas da Nova República*. São Paulo: Editora Vértice, 1989.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 19, p. 75-119, 2016.

O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C. *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões*. São Paulo: Vértice, 1988.

PERUSSO, Marco de Antonio. *Em busca do "novo": intelectuais brasileiros e movimentos populares nos anos 1970/1980*. São Paulo: Annablume, 2009.

PILATTI, Adriano. *A Constituinte de 1987-1988: progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2008.

PINHEIRO, Paulo S. ET al. **Continuidade autoritária e construção da democracia**. Projeto integrado de pesquisa. São Paulo: NEV/USP, 1999.

RIDENTI, Marcelo. **Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960**. *Tempo Social*, v. 17, n. 1, 2005, p. 81-110

TADDEI, Jayme dos Santos. *O militar e a democracia: profissionalização e visão de mundo*. Tese de doutoramento defendida no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), 2008.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

VIANNA, Luiz Werneck. *Caminhos e Descaminhos da Revolução Passiva à Brasileira*. Dados [online]. 1996, vol.39, n.3, pp. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581996000300004>.

\_\_\_\_\_ Raymundo Faoro e a difícil busca do moderno no país da modernização, In BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

\_\_\_\_\_ *Travessia: da abertura à constituinte*. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora, 1986.

ZAFFARONI, Raúl Eugenio. El crimen de Estado como objeto de la criminología. In REY, Sebastián Alejandro e FILARDI, Marcos Ezequiel (Coords.) *Derechos Humanos: Reflexiones desde el Sur*, 1ª edição – Buenos Aires: Infojus, 2012.

ZAVERUCHA, Jorge. *Relações civil-militares: o legado autoritário da constituição brasileira de 1988*. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.) *O que resta da ditadura*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.